



RELATÓRIO
& CONTAS **2013**



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

Órgãos Sociais Eleitos para o triénio 2012-2014

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
Vice-Presidente
Secretário

Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro
Luís Filipe Rodrigues
Instituto Nacional de Segurança Social

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Vogal

Vogal

Vogal

G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A. representada por Dr. Lucas Fazine Chachine Lusitania, Companhia de Seguros, SA representada por Dr. Fernando Dias Nogueira Dr. Gonçalo Ramos e Costa Visabeira, SA

CONSELHO FISCAL

Presidente

Vogal

Vogal

Vogal

Prof. Doutor Teodoro de Andrade Waty
Dr. Mahomed Iqbal
Henrique Álvaro Cepeda Gamito Junior
Instituto Nacional de Segurança Social

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente

Vogal

Vogal

Luís Filipe Rodrigues
W&W – Consultoria e Investimentos, Lda.
representada por:
Prof. Doutor Teodoro de Andrade Waty
Lusitania, Companhia de Seguros, SA

ÍNDICE

06

Introdução

07

Conjuntura Macroeconómica
Economia Internacional
Economia de Moçambique
Perspectivas para 2014

08

Perspectivas para 2014

09

O Mercado Segurador em Moçambique

10

MCS – Moçambique, Companhia de Seguros

11

Expansão, Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos
Sistemas de Informação

11

Marketing e Imagem Institucional
Análise da Actividade

18

Perspectivas para 2014

19

Proposta de Aplicação de Resultados
Notas Finais

20

Notas Finais

21

Notas às Demonstrações Financeiras

68

Parecer do Conselho Fiscal

1.

Introdução

Exmos. Senhores Accionistas,

Relatório e Contas 2013

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas da Moçambique Companhia de Seguros, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Ao finalizar o exercício de 2013, o décimo segundo completo da actividade da empresa, a Moçambique Companhia de Seguros tem mantido a imagem de qualidade e rigor técnico que predomina desde a sua constituição, permitindo um crescimento. O quadro seguinte apresenta os principais indicadores da actividade:

| | 2013 | 2012 |
|---|---------|---------|
| Taxa de crescimento dos capitais próprios | 6,45% | 4,89% |
| Taxa de sinistralidade | 37,82% | 45,57% |
| Expense ratio | 31,54% | 33,28% |
| Combined ratio | 69,36% | 78,85% |
| Taxa de cedência | 24,51% | 23,68% |
| Rentabilidade dos capitais próprios | 6,06% | 0,49% |
| Provisões técnicas de seguro directo, liquidadas de resseguro cedido (milhares de meticais) | 100.854 | 91.836 |
| Activos a representar as provisões técnicas (milhares de meticais) ¹ | 142.618 | 101.709 |
| Rácio de cobertura das provisões técnicas | 1,41 | 1,11 |
| Resultado do exercício antes de impostos (milhares de meticais) | 4.196 | 2.329 |

¹ Os activos a representar provisões técnicas incluem, para além dos investimentos financeiros, os activos tangíveis líquidos de amortizações acumuladas e os custos de aquisição diferidos. Os imóveis encontram-se ao seu valor contabilístico bruto.

2.z

Conjuntura Macroeconómica

2.1. Economia Internacional

A economia mundial mostrou sinais mais claros de uma recuperação ao nível do crescimento económico, nomeadamente com reduções nas taxas de desemprego (EUA, 7% e Zona Euro, 12%) e com taxas de inflação situadas entre 1% e 2% nas grandes economias. Continuam a existir riscos e incertezas nos mercados financeiros globais decorrentes, essencialmente, do abrandamento das medidas de estímulo à economia dos EUA e das medidas de consolidação fiscal em curso nos países da Zona Euro.

O crescimento da economia mundial é sustentado pelo desempenho das economias emergentes, onde se destaca a China, com um crescimento de 7,7%, assente num modelo de exportações conjugado com políticas de estímulo fiscal e monetário. A taxa de crescimento médio dos países emergentes em 2013 foi de 4%, traduzindo uma desaceleração das taxas de crescimento comparando com a última década.

Para a África Subsaariana, continuaram a registar-se bons níveis de crescimento económico sustentados pelo investi-

mento em infraestruturas básicas, projectos de investimento directo estrangeiro com origem em economias mais desenvolvidas e exploração de petróleo, bem como pela estabilidade ao nível dos preços.

A China continua a ter um papel fundamental nas economias dos países subsaarianos, quer em termos de equilíbrio externo, quer através do investimento em projectos de infraestruturas.

2.2. Economia de Moçambique

Apesar da crise financeira internacional a economia moçambicana continua a demonstrar um desempenho positivo sustentado, essencialmente, pelos sectores da agricultura, exploração mineira, transportes e comunicações, conjugado com a estabilidade do metical no mercado cambial doméstico, originando um crescimento do PIB de 8%, em 2013, face ao período homólogo, acima das previsões do início do ano.

A taxa de inflação anual de 4.2%, abaixo dos 5.6% previstos no início do ano de 2013, é o reflexo de uma redução dos preços dos produtos alimentares importados em resultado da depreciação do rand relativamente ao metical, uma vez que grande parte daqueles bens são oriundos da África do Sul, da recuperação da produção agrícola, depois das cheias do início do ano e da estabilidade dos preços fixados administrativamente (combustíveis, transportes, água e luz).

Apesar dos avanços conseguidos pela economia moçambicana e do sucesso dos esforços de estabilidade económica por parte das autoridades, no sentido da redução progressiva da dependência de auxílio internacional, há ainda muito espaço para o progresso em termos de desenvolvimento humano, da competitividade e da redução da pobreza.

O futuro do sucesso dos esforços das autoridades, no cumprimento dos objectivos de erradicação da pobreza, assenta no aumento da produção e da produtividade, na agricultura, na criação de emprego, tanto no sector privado como no público, no desenvolvimento

humano e social, ao nível educacional, de saúde e de condições básicas, de forma a melhorar os actuais índices da população que vive abaixo do limiar de pobreza (60%), para além da melhoria dos índices de escolaridade, em que se estima que 80% da força de trabalho não tenha completado o ensino primário. A melhoria destes indicadores terá repercussões directas no crescimento do consumo público e privado.

2.3. Perspectivas para 2014

Considerando a continuidade das previsões de uma conjuntura internacional adversa e incerta, existem factores atenuantes que permitem que Moçambique olhe para o futuro com optimismo, nomeadamente: a produção de carvão em expansão acentuada pela redução dos constrangimentos no transporte; a forte entrada de investimento directo estrangeiro em vários projectos de grande dimensão (Energia Eléctrica, Carvão, Gás Natural) e a manutenção dos fluxos comerciais estáveis (exportação de electricidade e importação de alimentos).

De salientar que a continuidade deste forte investimento está dependente da desejada estabilidade política do país, elemento fundamental para a manutenção de um clima de confiança dos investidores.

O potencial de crescimento da economia é elevado, no entanto, depende, em grande parte, da criação, desenvolvimento e sustentabilidade das actuais infraestruturas logísticas (estradas, linhas férreas, distribuição de energia) que tem causado alguns constrangimentos a uma operacionalização da economia e dos mencionados grandes projectos.

Ainda assim, a capacidade das instituições e dos moçambicanos para enfrentarem os riscos que se avizinham, produzindo mais para suprir as necessidades do mercado interno, diversificando os produtos de exportação e explorando novos mercados e parcerias, permitem encarar o ano de 2014 com renovada esperança e vigor.

3.

O Mercado Segurador em Moçambique

O mercado segurador, do lado da oferta, é constituído por dez seguradoras: a MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.; a EMOSE, Empresa Moçambicana de Seguros, S.A.; a SIM – Seguradora Internacional de Moçambique, S.A, que possui duas marcas a operar no mercado (a SIM, vocacionada para a banca-seguros, e a IMPAR, vocacionada para o retalho); a Global Alliance, S.A.; a Hollard Seguros de Moçambique, S.A.; a REAL, Companhia de Seguros de Moçambique; a Austral Seguros, S.A.; a Indico Seguros; a Nico Moçambique Vida, S.A. e a Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A.. Para além destas seguradoras opera, ainda em Moçambique um ressegurador de direito moçambicano, a MOZRE, Moçambique Resseguros, S.A., de capitais moçambicanos e zimbabueanos.

O mercado segurador reflecte o acentuado domínio dos ramos Não Vida (86%), num total de 4.614 milhões de meticals (dados de 2012, do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique) com uma taxa de penetração de seguros na economia de 1,32% em 2012, contra 1,31% em 2011.

A nível das quotas de mercado destacam-se as Seguradoras Global (28,4%), SIM (23,1%), Emose (21,1%) que representam cerca de 72% do mercado, com

4.

A MCS – Moçambique,
Companhia de Seguros

posições bastante equivalentes.

O seguro automóvel continua a dominar o mercado, com 39,5% do total de prémios emitidos, face ao seu carácter de obrigatoriedade e a uma, cada vez maior, consciencialização dos seus benefícios por parte da sociedade, seguido do ramo Incêndio e Outros Danos (27%), que registou um crescimento acentuado, de 35% face a 2011.

O resseguro cedido regista um incremento da taxa de cedência, 35,1% (32,2% em 2011), com maior incidência nos ramos Incêndio e Outros Danos, Marítimo e Aéreo. Em termos de sinistralidade o sector continua a apresentar taxas inferiores às que se verificam noutros países, quer africanos, quer europeus (47,7% em 2012), tendo por base o custo de sinistros face a prémios adquiridos líquidos de resseguro. Contudo, tem existido uma subida da taxa de sinistralidade, nos últimos anos, que não pode deixar de estar associada ao facto da Indústria Seguradora ter vindo a aumentar o seu envolvimento na actividade económica, sendo natural que este indicador venha, progressivamente, a fixar-se em níveis superiores.

Ao iniciar a apreciação da actividade e dos resultados deste exercício, cumpre salientar, que o exercício de 2013 ficou assinalado pelo esforço na redução da antiguidade dos recibos à cobrança, através de uma melhoria na eficiência do processo de gestão das cobranças, pelo início da comercialização do produto saúde e pela manutenção do crescimento equilibrado da carteira.

Durante o ano de 2013, acentuaram-se as vendas do novo seguro de saúde, permitindo assim alargar a oferta global, para o cliente final, através de um processo inovador de gestão implementado em parceria com os principais prestadores de serviços privados que operam quer no mercado moçambicano, quer no sul-africano.

A Companhia continuou a afirmar-se no sector segurador moçambicano e manteve a autorização para a utilização do logótipo “Orgulho Moçambicano”.

Continuam a existir alguns desequilíbrios, principalmente ao nível da estrutura de custos por natureza, no entanto, os principais objectivos da Companhia, nomeadamente ao nível da receita processada, foram atingidos.

Solidificaram-se as relações comerciais com os principais intervenientes no

mercado e consolidou-se a presença da Companhia no segmento das pequenas e médias empresas moçambicanas, para além de se ter desenvolvido a presença junto de algumas das principais empresas que operam em Moçambique. Manteve-se a política de selecção criteriosa de riscos e a orientação da acção comercial para a constituição de uma carteira de seguros equilibrada, ainda que com predominância do seguro automóvel.

4.1. Expansão, Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos

Em 2013, a MCS manteve a sua imagem de rigor e qualidade, confirmada pelo reduzido número de reclamações recebidas e pelo reconhecimento da sua forma de actuar por parte de clientes, corretores, resseguradores e outros operadores.

Os objectivos constantes do plano trienal de desenvolvimento da empresa foram alcançados, nomeadamente, em termos de crescimento da receita processada.

Na sequência da abertura da Dependência da Matola, no final de 2011, que representou mais um marco na expansão a nível territorial da Moçambique Companhia de Seguros, encontram-se em estudo a abertura de mais dependências nas zonas centro e norte do país. A gestão de Recursos Humanos manteve a orientação de privilegiar a formação e o desenvolvimento das capacidades profissionais dos

trabalhadores, tendo sido ministradas várias acções de formação internas e externas, bem como acções de acolhimento e formação a novos trabalhadores. O quadro de pessoal da Companhia, composto por trinta e sete elementos, tem vindo a crescer de forma sustentada, através de uma política de contratações assente em critérios de elevada qualidade.

4.2. Sistemas de Informação

Tendo ficado concluído, no decurso dos exercícios anteriores, o plano de substituição do parque informático da empresa, durante o exercício em apreço manteve-se a política de actualização permanente do equipamento informático.

A nível aplicacional, têm vindo a ser implementadas diversas melhorias no sistema operacional, com vista à optimização de processos e manteve-se o plano de introdução de novas melhorias de forma a dotar a aplicação de acrescidas capacidades, nomeadamente no tocante à quantidade e qualidade da informação.

4.3. Marketing e Imagem Institucional

Foram desenvolvidas várias acções de concepção e lançamento de novos produtos, orientados para o mercado de particulares, para o canal bancário e para

o segmento das pequenas e médias empresas. A MCS continua a deter uma imagem de rigor e profissionalismo junto do mercado segurador.

4.4. Análise da Actividade

4.4.1. Produção

Os prémios brutos emitidos atingiram, em 31 de Dezembro de 2013, o montante de 204.196 milhares de meticais, valor que se enquadra com o objectivo proposto para o referido exercício. Quando comparado com os 160.024 milhares de meticais registados no exercício anterior, o crescimento da receita processada, referente a contratos de seguro, fixou-se em 27,60%.

Os valores alcançados continuam a reflectir o esforço dedicado ao desenvolvimento, consolidação e diversificação da carteira da Companhia.

Este crescimento foi obtido através, sobretudo, da manutenção da acção comercial junto do segmento de particulares e das pequenas e médias empresas, bem como do aprofundamento das relações com os principais corretores do mercado, que continuam a merecer especial atenção por parte da Companhia.

Apraz-nos registar que a Companhia conta, na sua carteira de clientes com várias das mais qualificadas empresas do mercado nacional, de que se destacam o Grupo Vodacom, a Petromoc, o Banco Único, Mozabanco, o FNB Moçambique,

Médicos sem Fronteiras, a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, a JAT Constrói, Maputo Private Hospital, entre muitos outros.

No ano de 2013, foram emitidas 2.031 novas apólices, em meticais, dólares e rands. O prémio médio por apólice ascendeu a 29,71 mil meticais, quando, em 2012, esse valor era de 18,8 milhares de meticais. O aumento da subscrição de apólices de frota de novos grandes clientes, bem como a já mencionada comercialização do seguro de saúde, com prémios médios mais elevados, contribuíram para este aumento.

A composição da carteira da Companhia manteve-se, praticamente, inalterada e continua a reflectir o peso do ramo Automóvel, tendo-se verificado um reforço do Acidentes e Doença, suportado essencialmente pelo início da comercialização do seguro saúde.

A revisão das orientações estratégicas e a contínua monitorização da política de subscrição da Companhia, no sentido do seu alargamento aos riscos em que incorrem as pequenas e médias empresas, permitiram continuar a desenvolver a carteira da Companhia, que manteve uma evolução positiva e equilibrada no conjunto dos ramos, embora, nos últimos exercícios, com preponderância do ramo Automóvel e nos restantes ramos de seguro de distribuição massificada (Incêndio e Outros Danos e Acidentes de Trabalho).

4.4.2. Sinistros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a Companhia registou a participação de 718 processos de sinistro, dos quais 494 foram já encerrados. No final do exercício, o número de processos de sinistro abertos era de 281, sendo 206 de 2013, 43 de 2012, 12 de 2011 e 20 de exercícios anteriores a 2011.

Os custos com sinistros atingiram os 70.211 milhares de meticais, sendo 74.343 milhares de meticais referentes a

montantes pagos e uma variação negativa de provisão de 4.132 milhares de meticais relativos, essencialmente, aos ramos Automóvel e Responsabilidade Civil. Os sinistros do ramo Automóvel, por si só, representam cerca de 83,52% dos montantes pagos, tendo-se registado um decréscimo no montante de provisões constituídas de 2.610 mil meticais, resultante da revisão de processos.

Custos com Sinistros 2013

| Ramos / Grupos de ramos | Montantes pagos (1) | Variação da provisão para sinistros (2) | Valores em Meticais (3) = (1)+(2) |
|----------------------------------|------------------------|---|--------------------------------------|
| Seguro directo | | | |
| Acidentes de Trabalho | 4.253.876,02 | -161.181,77 | 4.092.694,25 |
| Acidentes Pessoais e Doença | 14.801,37 | 10.698,32 | 25.499,69 |
| Incêndio e Elementos da Natureza | 7.028.952,36 | 468.132,06 | 7.497.084,42 |
| Automóvel | 62.089.719,62 | -2.609.866,24 | 59.479.853,38 |
| Marítimo | - | - | - |
| Ferrovário | - | - | - |
| Aéreo | - | - | - |
| Transportes | 270.076,80 | -634.453,81 | -364.377,01 |
| Responsabilidade Civil Geral | 685.269,21 | -1.208.590,67 | -523.321,46 |
| Diversos | 3.265,28 | 3.265,28 | 3.265,28 |
| Total | 74.342.695,38 | -4.131.996,83 | 70.210.698,55 |
| Resseguro aceite | - | - | - |
| Total Geral | 74.342.695,38 | -4.131.996,83 | 70.210.698,55 |

Rácio de Sinistralidade (Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos)

| RAMO | 31-DEZ-13 | 31-DEZ-12 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Acidentes de Trabalho | 18,23% | 52,67% |
| Acidentes pessoais e doença | 0,27% | -0,98% |
| Incêndio e outros danos | 19,60% | 11,29% |
| Automóvel | 55,84% | 61,72% |
| Transportes | -7,53% | 26,20% |
| Responsabilidade Civil Geral | -15,92% | 14,01% |
| Diversos | 0,00% | 22,67% |
| Rácio global | 37,82% | 45,57% |

O rácio de sinistralidade da Companhia fixou-se em cerca de 38% dos prémios e seus adicionais, com o ramo Automóvel a rondar os 56%. A sinistralidade global da Companhia ficou 17 pontos percentuais abaixo da registada no exercício anterior (45,57%) em resultado, essencialmente, da redução da taxa de sinistralidade do ramo Automóvel e do esforço de melhoria no processo de revisão contínua dos processos de sinistro. O ramo Incêndio e Outros Danos apresentou uma sinistralidade de 20%, abaixo da sinistralidade tradicional deste ramo.

Comissões e Custos por Natureza

| Designação | 2013 | | 2012 | |
|--|--------------------|--------|--------------------|--------|
| | VALOR | % | VALOR | % |
| Comissões | 22 734 575 | 11,13% | 15 533 091 | 9,71% |
| Despesas Gerais | 64 410 211 | 31,54% | 53 249 509 | 33,28% |
| . Despesas com o Pessoal | 36 822 712 | 18,03% | 30 399 346 | 19,00% |
| . Outros Custos | 27 587 499 | 13,51% | 22 850 163 | 14,28% |
| . Fornecimentos e Serviços Externos | 24 484 741 | 11,99% | 19 871 736 | 12,42% |
| . Impostos e Taxas | 433 257 | 0,21% | 144 419 | 0,09% |
| . Amortizações | 3 102 758 | 1,52% | 2 978 426 | 1,86% |
| Total dos Prémios Brutos Emitidos | 204 195 662 | | 160 024 289 | |

4.4.3. Custos de aquisição e custos administrativos

O valor das comissões processadas, em 2013, foi de 22.735 milhares de meticais, ou seja, 11,13% dos prémios e seus adicionais, valor que compara com 9,71%, no ano anterior. O aumento deste rácio fica a dever-se a actualização e adequação de uma nova tabela de comissionamento junto dos mediadores.

O total dos custos por natureza ascendeu, em 2013, a 37,32% do montante dos proveitos. As despesas com pessoal, incluindo as remunerações dos órgãos sociais, representaram 21,33% e os outros custos por natureza, 15,98%, mantendo-se, praticamente inalteradas, as percentagens face ao ano anterior.

Considera-se que os rácios apresentados se podem classificar como ajustados à realidade, mas, ainda assim, demasiado elevados para a operação corrente e difíceis de sustentar no futuro.

Tal como em exercícios anteriores, neste exercício e dando cumprimento ao estabelecido no plano de contas para actividade seguradora, a Companhia procedeu à imputação dos custos por natureza às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos. Esta imputação foi efectuada por ramos, a cada uma das funções atrás referidas, através da análise dos registos informáticos, pretendendo-se, desta forma, evidenciar as cargas de trabalho de cada função.

4.4.4. Resseguro Cedido

O Resseguro Cedido apresenta, no final de 2013, um saldo financeiro favorável aos resseguradores de 28.893 milhares de meticais, enquanto, em 2012, o saldo era de 17.896 milhares de meticais. O resultado apresentado, favorável aos nossos resseguradores, traduz a boa qualidade dos riscos subscritos.

Movimento com Resseguradores

meticais

| | 2012 | 2013 |
|---|-------------|-------------|
| Prémios de Resseguro Cedido | 37 894 484 | 50 055 722 |
| Comissões e Participação nos Resultados | 17 711 256 | 16 418 377 |
| Sinistros e Variação da provisão para sinistros | 2 287 679 | 4 743 830 |
| Resultado para Resseguradores | 17 895 549 | 28 893 514 |
| Prémios de Seguro Directo | 160 024 289 | 204 195 662 |
| Taxa de Cedência | 23,68% | 24,51% |

4.4.5. Gestão de Investimentos

Merece uma referência especial, a percentagem dos prémios de resseguro cedido em relação aos prémios brutos emitidos de seguro directo, que atingiu 24,51%, em 2013, valor que compara com 23,68%, em 2012, e que é o resultado do crescimento verificado na carteira do ramo Incêndio e Outros Danos, e de um maior número de apólices com elevada cedência, com especial destaque para as apólices do seguro de saúde.

No que respeita à Gestão de Investimentos, deve salientar-se que a mesma se continuou a pautar por critérios de prudência, próprios dos investidores institucionais, procurando conciliar a rentabilidade com os riscos envolvidos, tendo presente os escassos tipos de investimento disponíveis no mercado moçambicano e o elevado investimento canalizado para as instalações da Companhia.

No exercício de 2013, a política de investimentos manteve-se orientada para as aplicações em depósitos a prazo, expressos, quer em moeda nacional, quer em dólares, tendo, igualmente, sido mantidos em carteira títulos de Dívida Pública.

Investimentos líquidos de desinvestimentos

| Tipo de Investimento | 31-dez-13 | 31-dez-12 |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos a Prazo | 39 323 518 | 25 412 557 |
| Bilhetes do Tesouro | 1 865 065 | 1 865 065 |
| Obrigações | | |
| Empréstimos Hipotecários | 702 991 | 1 209 450 |
| Imóveis | 43 399 200 | 43 399 200 |
| - De Rendimento | | - |
| - De Serviço Próprio | 43 399 200 | 43 399 200 |
| - Em Curso | | - |
| Total | 85 290 773 | 71 886 272 |

A variação positiva evidenciada no quadro acima resulta do reconhecimento de diferenças cambiais positivas nos investimentos expressos em moeda estrangeira, em resultado da valorização do metical em relação ao dólar e ao rand (o cambio do dólar e do rand no final de 2013 foi de 29,93 e 2,88 e, em 2012, 29,55 e 3,49, respectivamente), bem como do aumento de valores nominais constantes na rubrica de depósitos a prazo.

No exercício de 2013 realizaram-se, ainda, investimentos em diverso equipamento, nomeadamente relacionados com as instalações da Companhia e com o parque informático.

4.4.6. Situação Financeira

O Activo Líquido, em 2013, totalizou 242.408 milhares de meticais, contra 204.597 milhares de meticais, em 2012.

O total dos Capitais Próprios, que, em 2012, se fixou em 35.571 milhares de meticais, passou a ter, em 2013, o valor de 37.865 milhares de meticais, resultante do resultado líquido alcançado no exercício. Importa, ainda, referir que no exercício de 2013 se procedeu à cobrança de recibos no valor de 199.880 milhares de meticais. Este valor representa cerca de 97,89% dos prémios processados, ligeiramente acima dos 93,86% registados no exercício anterior e que constitui a evidência do esforço de cobrança levado a cabo no exercício, tendo em conta as adversidades económicas e políticas, prosseguindo,

em 2014, o trabalho de tratamento dos recibos com maior antiguidade. O rácio verificado, dadas as circunstâncias específicas do mercado moçambicano, pode considerar-se satisfatório.

É nossa convicção que, no decorrer do exercício de 2014, será possível aumentar o rácio de cobrança para valores mais próximos de 100%.

O montante dos prémios em cobrança atingiu, em 31 de Dezembro de 2013, os expressivos 126.959 milhares de meticais. A provisão para recibos por cobrar, que ascende a 8.002 milhares de meticais, correspondente a uma cobertura de cerca de 6,3% do montante desses prémios. O valor de prémios à cobrança com menos de 120 dias, representa metade do total dos prémios à cobrança e os com menos de um ano cerca de 78%. O reforço da provisão de prémios à cobrança está relacionado com uma maior adequação à realidade moçambicana, apesar de se terem recuperado valores com antiguidades elevadas.

O Passivo da Companhia é, essencialmente, constituído por provisões técnicas, próprias da actividade seguradora, e por créditos relacionados com operações de resseguro.

4.4.7. Apreciação dos Resultados

O Resultado Líquido do Exercício atingiu os 2.294.086,18 meticais. Este resultado foi apurado depois de efetuado o reforço na provisão para recibos por cobrar já mencionado, compensado pela redução da taxa de sinistralidade, especialmente no ramo Acidentes de Trabalho.

4.5. Perspectivas para 2014

Para o ano de 2014, assumem-se como prioridades: a continuação do trabalho de consolidação da Companhia, através da manutenção de uma política de subscrição rigorosa, de medidas de selecção de carteira e de uma criteriosa regulação de sinistros, tendentes à obtenção do necessário equilíbrio na exploração técnica dos ramos, intensificando a acção comercial com vista ao crescimento nos ramos Incêndio e Outros Danos e Acidentes de Trabalho; a manutenção do crescimento do volume de prémios, a preservação da imagem alcançada; o aumento da notoriedade da Companhia fora do mercado segurador, e o apoio à formação técnica do pessoal.

Torna-se, igualmente necessário intensificar a racionalização de custos e o combate ao desperdício, sem que, dificilmente, se conseguirá atingir os níveis de rentabilidade exigidos ao fortalecimento da Companhia.

Os valores alcançados, já no decorrer do ano de 2014, permitem antever um bom desempenho da Companhia neste exercício. De facto, o volume de prémios brutos emitidos, no primeiro trimestre, foi de mais de 61 milhões de meticais, tendo a sinistralidade de seguro directo atingido cerca de 49% dos mesmos e as despesas gerais ascendido a 23% daquele montante. Estes factos, aliados ao incremento do esforço comercial, bem como à manutenção da política de renovação de produtos, são o garante da continuação do desenvolvimento da Companhia, com níveis de desempenho satisfatórios. De realçar, ainda, a intensificação do esforço de cobrança, com o objectivo de alcançar uma estrutura de prémios à cobrança em que os recibos com mais de um ano de antiguidade sejam, tendencialmente, inexistentes.

Tal como mencionado anteriormente, a Companhia está a estudar a expansão regional para as províncias do Centro e Norte do país, acompanhando o desenvolvimento daquelas regiões, bem como os actuais clientes que estão a investir nessas zonas.

Foi concluído em 2013, o estudo de viabilidade económica com vista à introdução do ramo Vida no conjunto da oferta da empresa. O início da exploração das várias modalidades deste ramo permitirá alargar a base de oferta da Companhia e acompanhar o crescimento e o desenvolvimento económico do país.

O incremento da acção reguladora do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique permite antever o desenvolvimento de um enquadramento legal exigente e consentâneo com realidade do país e com o desenvolvimento a que temos assistido na última década. Prevendo-se o incremento, ainda que moderado, da economia moçambicana, a par da intensificação da concorrência e da sua repercussão ao nível dos resultados técnicos, a Companhia terá de intensificar esforços para consolidar a carteira e atingir níveis de produtividade mais elevados, objectivo em que todos os trabalhadores da Companhia se encontram empenhados.

5.

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se a aplicação do lucro apurado, no montante de 2.294.086,18 meticais, nas seguintes rubricas:

| | |
|------------------------|--------------|
| Reserva Legal | 458 817,24 |
| Reserva Estatutária | 114 704,31 |
| Resultados transitados | 1 720 564,63 |

Com a aplicação de resultados constante da presente proposta, a situação líquida da empresa fixar-se-á em 37.735.724, 94 meticais.

6.

Notas Finais

Ao finalizar, apresentamos as nossas saudações e agradecimentos a todos quantos nos têm ajudado e apoiado, contribuindo de forma decisiva para o crescimento da Companhia, nomeadamente:

. ao Governo de Moçambique e, em particular, ao Ministério do Plano e das Finanças, que tem assegurado ao país um clima de estabilidade e progresso, favorável ao desenvolvimento dos negócios;

. ao Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, pela forma como tem acompanhado o sector e a actividade da Companhia;

. ao Conselho Fiscal, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente da vida da Companhia;

. aos nossos Accionistas, pelo empenhamento e compreensão manifestados;

. aos nossos Auditores, pela colaboração prestada;

. à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio técnico sempre disponível;

. aos nossos Resseguradores pela acessibilidade e compreensão demonstradas;

. aos nossos Corretores pela colaboração prestada;

. aos nossos Clientes pela confiança demonstrada;

. aos nossos Trabalhadores pelo esforço, competência e dedicação com que sempre desempenharam as suas tarefas.

Maputo, 4 de Abril de 2014

O Conselho de Administração

Presidente
G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais SA., representada por
Dr. Lucas Fazine Chachine

Vogal
Lusitania, Companhia de Seguros, SA,
representada por
Dr. Fernando Dias Nogueira

Vogal
Dr. Gonçalo Ramos e Costa

Notas às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em Meticais)

| BALANÇO | Notas | 31-12-2013 | | 31-12-2012 | |
|---|-------|--------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|
| | | Valor bruto | Depreciações e provisões | | |
| ACTIVO | | | | | |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 3.1 | 4 893 724 | - | 4 893 724 | 9 284 357 |
| Empréstimos e contas a receber | | | | | |
| Outros depósitos | 3.2 | 39 532 686 | - | 39 532 686 | 25 412 557 |
| Outros empréstimos | 3.3 | 702 991 | - | 702 991 | 1 209 450 |
| Investimentos a deter até a maturidade | 3.4 | 1 865 065 | - | 1 865 065 | 1 886 242 |
| Edifícios | | | | | |
| De uso próprio | 3.5 | 43 399 200 | 2 603 952 | 40 795 248 | 41 446 236 |
| Outros activos tangíveis | 3.6 | 20 171 253 | 13 641 436 | 6 529 817 | 6 447 151 |
| Outros activos intangíveis | | | | | |
| | 3.7 | 878 800 | 845 975 | 32 826 | 325 753 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | | | | | |
| Provisão para prémios não adquiridos | 3.8 | 14141 720 | - | 14 141 720 | 10 047 744 |
| Provisão para sinistros | | | | | |
| De acidentes de trabalho | 3.8 | - | - | - | 14 700 |
| De outros ramos | 3.8 | 793 666 | - | 793 666 | 369 261 |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | | | | | |
| Contas a receber por outras operações de seguro directo | 3.9 | 126 959 052 | 8 002 076 | 118 956 975 | 95 971 223 |
| Contas a receber por outras operações de resseguro | 3.9 | 4 842 638 | - | 4 842 638 | 4 409 864 |
| Contas a receber por outras operações | 3.9 | 9 320 434 | - | 9 320 434 | 7 362 675 |
| Activos por impostos | | | | | |
| Activos por impostos diferidos | 3.18 | 637 | - | 637 | 209 578 |
| Acréscimos e diferimentos | | | | | |
| | | - | - | - | 199 949 |
| Total do activo | | 267 501 865 | 25 093 439 | 242 408 426 | 204 596 740 |

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em Meticais)

| BALANÇO | 31-12-2013 | | 31-12-2012 | |
|--|------------|--------------------|------------|--------------------|
| | | | | |
| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | | | | |
| PASSIVO | | | | |
| Provisões técnicas | | | | |
| Provisão para prémios não adquiridos | 3.10 | 91 259 372 | | 76 883 210 |
| Provisão para sinistros | | | | |
| Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais | 3.10 | 6 223 551 | | 5 914 625 |
| De outros ramos | 3.10 | 17 414 630 | | 17 163 596 |
| Provisão para desvios de sinistralidade | 3.10 | 88 542 | | 69 127 |
| Provisão para riscos em curso | 3.10 | 803 223 | | 2 226 386 |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | | | | |
| Contas a pagar por operações de seguro directo | 3.11 | 24 886 822 | | 12 686 406 |
| Contas a pagar por operações de resseguro | 3.11 | 44 380 149 | | 37 195 203 |
| Contas a pagar por outras operações | 3.11 | 5 863 901 | | 4 498 223 |
| Passivos por impostos | | | | |
| Passivos por impostos correntes | 3.18 | 11 008 153 | | 7 561 762 |
| Passivos por impostos diferidos | 3.18 | 3 280 237 | | 3 813 665 |
| Acréscimos e diferimentos | | | | |
| | | (665 688) | | 993 079 |
| Total do passivo | | 204 542 891 | | 169 025 292 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | | |
| Capital | 3.12 | 33 000 000 | | 33 000 000 |
| Reserva legal | 3.13 | 3 904 786 | | 3 870 171 |
| Reservas estatutárias | 3.13 | 1 211 897 | | 1 203 243 |
| Outras reservas | 3.13 | 1 464 634 | | 1 464 634 |
| Resultados transitados | | (4 009 868) | | (4 139 678) |
| Resultados do exercício | | 2 294 086 | | 173 079 |
| Total do Capital Próprio | | 37 665 535 | | 35 571 449 |
| Total do Passivo e do Capital Próprio | | 242 408 426 | | 204 596 741 |

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO
CAPITAL PRÓPRIO

| | Capital social | Reserva legal | Reservas estatutárias | Outras reservas | Resultados transitados | Resultado líquido do exercício | Total do capital próprio |
|---|----------------|---------------|-----------------------|-----------------|------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| Balanço a 31 de Dezembro de 2011 | 33 000 000 | 2 964 987 | 976 947 | 1 464 634 | (7 534 117) | 4 525 919 | 35 398 369 |
| Aplicação do resultado do exercício de 2011 | | 905 184 | 226 296 | - | 3 394 439 | (4 525 919) | |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | - | - | 173 079 | 173 079 |
| Balanço a 31 de Dezembro de 2012 | 33 000 000 | 3 870 171 | 1 203 243 | 1 464 634 | (4 139 678) | 173 079 | 35 571 448 |
| Aplicação do resultado do exercício de 2012 | - | 34 616 | 8 654 | - | (4 009 868) | (173 079) | (4 139 678) |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | - | - | 2 294 086 | 2 294 086 |
| Balanço a 31 de Dezembro de 2013 | 33 000 000 | 3 904 786 | 1 211 897 | 1 464 634 | (4 009 868) | 2 294 086 | 37 865 535 |

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL | Notas | 2013 | 2012 |
|---|-------|-----------|---------|
| Resultado líquido do exercício | | 2 294 086 | 173 079 |
| Outros ganhos / (perdas) reconhecidos directamente em Capital próprio | | - | - |
| Total do rendimento integral | | 2 294 086 | 173 079 |

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA | 2013 | 2012 |
|--|--------------|-------------|
| Fluxos de caixa das actividades operacionais | | |
| Resultado líquido do exercício | 2 294 086 | 173 079 |
| Ajustamentos ao resultado relativos a: | | |
| Impostos sobre o rendimento | 1 902 028 | 2 156 397 |
| Depreciações e amortizações | 2 951 080 | 2 539 158 |
| Varição das provisões técnicas, líquidas de resseguro | 9 018 682 | (3 241 498) |
| Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações | 4 726 620 | 2 129 252 |
| Variações nos activos e passivos operacionais: | | |
| (Aumento) / redução de outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações | (10 199 580) | (8 701 310) |
| (Aumento) / redução de activos tangíveis e activos intangíveis | (2 089 831) | (2 844 187) |
| (Aumento) / redução de outros activos e passivos correntes | (465 739) | (2 347) |
| Aumento / (redução) de impostos activos / passivos | 1 219 876 | 39 650 |
| Aumento / (redução) de outros passivos financeiros | | |
| Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais | 9 357 223 | (7 751 805) |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | |
| (Aumento) / redução de empréstimos e contas a receber | (13 613 670) | 2 643 526 |
| (Aumento) / redução de investimentos detidos até à maturidade | 21 177 | (20 194) |
| Juros obtidos | 837 715 | 1 397 211 |
| Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento | (14 090 470) | 1 213 660 |
| Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa | (3 397 554) | (3 731 261) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 9 284 357 | 5 401 146 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 4 893 724 | 9 284 357 |

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Notas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por MCS ou Companhia) é uma sociedade anónima, constituída em 20 de Julho de 2000, por tempo indeterminado. Tem a sua sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável.

A Companhia tem por objecto o exercício da actividade de seguro e resseguro, em todos os ramos Não Vida e iniciou a actividade operacional em 3 de Junho de 2001.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas até àquela data, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), relativas à contabilização das operações das empresas de seguros. Em consequência, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade

e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As presentes demonstrações financeiras foram apresentadas aos accionistas e estão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de accionistas agendada para 7 de Maio de 2014.

2.2. Políticas contabilísticas

(a) Transacções em moeda estrangeira

A MCS tem o Metical como moeda funcional. As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

As taxas de câmbio consideradas para a conversão dos activos e passivos financeiros à data de 31 de Dezembro de 2013 e de 31 de Dezembro de 2012 foram as seguintes:

| | 31-dez-13 | 31-dez-12 |
|-----------------------|-----------|-----------|
| Dólar Norte-Americano | 29,93 | 29,55 |
| Rand Sul-Africano | 2,88 | 3,49 |

(b) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido, bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da MCS na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A MCS avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento.

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a MCS tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos

ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Para os activos financeiros em que não sejam possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

(c) Imparidade de activos financeiros

A MCS avalia em cada data de balanço a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo

financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados. Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado, e que deve ser liquidado pela entrega de um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo

financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A MCS classifica os restantes passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

(f) Resseguro

No decurso da sua actividade a MCS analisa a possibilidade de cedência de risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

(g) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em resultados qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

(h) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da Demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como Caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

(i) Provisões

A MCS constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e

este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

(j) Activos tangíveis e edifícios de uso próprio

Os activos tangíveis utilizados pela MCS no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas. A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Edifícios: 50 anos
- Equipamento informático: 8 anos
- Mobiliário e material: 7 a 10 anos
- Equipamento de transporte: 4 anos

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

A MCS efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Na mensuração subsequente dos edifícios de uso próprio a MCS optou igualmente pelo modelo do custo sendo, à semelhança dos restantes activos tangíveis, mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respectivamente, nos IAS 16 e IAS 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adopta o princípio da recuperabilidade do activo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja

por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração do IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam do IAS 16.

(k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da MCS são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A MCS procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A depreciação dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, considerando-se 3 anos de vida útil.

(l) Imparidade de itens não monetários

A MCS avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a MCS estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a MCS reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a MCS estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

(m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a MCS tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

(n) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

(o) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método pro-rata temporis. A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no balanço deduzida dos custos de aquisição diferidos.

Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido

até ao final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada para os ramos Não Vida pelo correspondente a 5% dos custos com sinistros líquidos de resseguro.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima para o seguro directo. A quota parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Provisão para desvios de sinistralidade
A provisão para desvios de sinistralidade

visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha mais oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

2.3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos exercícios seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a MCS necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros. As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos seguros. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador do seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da MCS, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro.

A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e

os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados. As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A MCS procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que a MCS é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores técnicos e jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela MCS com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são

reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que a Administração efectue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.

2.4. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem reexpressão das quantias comparativas.

3. Notas às demonstrações financeiras

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31-dez-13 | 31-dez-12 |
|-------------------|-----------|-----------|
| Caixa | 66 000 | 65 000 |
| Depósitos à Ordem | 4 827 724 | 9 219 357 |
| | 4 893 724 | 9 284 357 |

3.3. Empréstimos e contas a receber – Outros empréstimos

A rubrica de Outros empréstimos refere-se a um empréstimo concedido à empresa Soluções.

| | 31-dez-13 | 31-dez-12 |
|--------------------------|------------|------------|
| Meticais | | |
| BCI | 6 965 603 | 2 523 154 |
| FNB | 4 081 024 | - |
| Banco Único | 1 501 222 | 2 090 125 |
| Dólares Norte-Americanos | | |
| BCI | 2 251 297 | 17 761 520 |
| FNB | - | - |
| Banco Único | 20 964 094 | - |
| Rands Sul-Africanos | | |
| BCI | 2 040 990 | 2 387 745 |
| FNB | - | - |
| Banco Único | 1 728 456 | 650 013 |
| | 39 532 686 | 25 412 557 |

3.3. Empréstimos e contas a receber – Outros empréstimos

A rubrica de Outros empréstimos refere-se a um empréstimo concedido à empresa Soluções.

| | 31-dez-13 | 31-dez-12 |
|---------------------------------|-----------|-----------|
| Empréstimo concedido - Soluções | 702.991 | 1 209 450 |
| | 702 991 | 1 209 450 |

3.4. Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são constituídos pelos seguintes títulos:

| | 31-dez-13 | 31-dez-12 |
|----------------------------|-----------|-----------|
| Obrigações do tesouro 2005 | 1.865.065 | 1 886 242 |
| | 1 865 065 | 1 886 242 |

3.5. Edifícios de uso próprio

Tal como referido na nota 2.5 a MCS aplicou a isenção que permite uma entidade optar por mensurar um item do activo tangível na data de transição para o novo plano de contas pelo seu justo valor e usar esse justo valor como custo considerado nessa data.

| | 2013 | 2012 |
|---------------|------------|------------|
| Edifício Sede | | |
| Custo | 33.207.018 | 33.207.018 |
| Reavaliação | 10.192.182 | 10.192.182 |
| | 43.399.200 | 43.399.200 |

A rubrica de Edifícios de uso próprio é constituída pelo imóvel sito na Avenida Kenneth Kaunda, no qual se situa a sede da Companhia.

O valor bruto contabilístico do edifício decompõe-se da seguinte forma:

A reconciliação entre os saldos iniciais e os saldos finais do valor bruto e depreciações acumuladas com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 é apresentada na nota 3.6.

3.6. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

| | 01-Jan-2013 | Compras | Vendas / Abates | Transferências | 31-Dez-2013 |
|----------------------------|-------------|-----------|-----------------|----------------|-------------|
| <i>Custo de aquisição</i> | | | | | |
| Edifícios | 43.399.200 | - | - | - | 43.399.200 |
| Equipamento administrativo | 1.166.559 | 382.447 | (327.962) | - | 1.221.044 |
| Máquinas e ferramentas | 497.028 | - | - | - | 497.028 |
| Equipamento informático | 5.606.053 | 285.732 | (1.411.222) | - | 4.480.562 |
| Instalações interiores | 5.400 | - | (5.400) | - | - |
| Material de transporte | 6.868.896 | 1.629.192 | - | - | 8.498.088 |
| Mobiliário e material | 3.984.543 | 85.388 | - | - | 4.069.931 |
| Património artístico | 945.092 | - | - | - | 945.092 |
| Outro equipamento | 459.509 | - | - | - | 459.509 |
| | 62.932.280 | 2.382.758 | (1.744.584) | - | 63.570.454 |

| | 01-Jan-2013 | Depreciação do exercício | Vendas / Abates | Transferências | 31-Dez-2013 |
|----------------------------|-------------|--------------------------|-----------------|----------------|-------------|
| Depreciações acumuladas | | | | | |
| Edifícios | 1.952.964 | 650.988 | - | - | 2.603.952 |
| Equipamento administrativo | 699.861 | 174.365 | (327.962) | - | 546.264 |
| Máquinas e ferramentas | 313.477 | 70.976 | - | - | 384.453 |
| Equipamento informático | 4.339.846 | 435.499 | (1.411.222) | - | 3.364.123 |
| Instalações interiores | 5.400 | - | (5.400) | - | - |
| Material de transporte | 5.266.290 | 1.071.799 | - | - | 6.338.089 |
| Mobiliário e material | 1.839.990 | 406.993 | - | - | 2.246.983 |
| Património artístico | 354.782 | 94.509 | - | - | 449.291 |
| Outro equipamento | 266.282 | 45.951 | - | - | 312.233 |
| | 15.038.892 | 2.951.080 | (1.744.584) | - | 16.245.388 |
| Valor líquido | 47.893.388 | | | | 47.325.066 |

A 31 de Dezembro de 2012, a decomposição era a seguinte:

| | 01-Jan-2012 | Compras | Vendas / Abates | Transferências | 31-Dez-2012 |
|----------------------------|-------------|-----------|-----------------|----------------|-------------|
| <i>Custo de aquisição</i> | | | | | |
| Edifícios | 43.399.200 | - | - | - | 43.399.200 |
| Equipamento administrativo | 1.015.477 | 151.082 | - | - | 1.166.559 |
| Máquinas e ferramentas | 497.028 | - | - | - | 497.028 |
| Equipamento informático | 5.421.821 | 184.232 | - | - | 5.606.053 |
| Instalações interiores | 5.400 | - | - | - | 5.400 |
| Material de transporte | 6.174.134 | 930.000 | (235.238) | - | 6.868.896 |
| Mobiliário e material | 3.997.632 | 28.843 | - | - | 4.026.475 |
| Património artístico | 903.160 | - | - | - | 903.160 |
| Outro equipamento | 456.722 | 2.787 | - | - | 459.508 |
| | 61.870.574 | 1.296.943 | (235.238) | - | 62.932.279 |

| | 01-Jan-2012 | Depreciação do exercício | Vendas / Abates | Transferências | 31-Dez-2012 |
|----------------------------|-------------|--------------------------|-----------------|----------------|-------------|
| Depreciações acumuladas | | | | | |
| Edifícios | 1 301 976 | 650 988 | - | | 1 052 964 |
| Equipamento administrativo | 580 109 | 119 752 | - | | 699 861 |
| Máquinas e ferramentas | 242 501 | 70 976 | - | | 313 477 |
| Equipamento informático | 3 885 740 | 454 106 | - | | 4 339 845 |
| Instalações interiores | 5 400 | - | - | | 5 400 |
| Material de transporte | 4 689 309 | 812 219 | (235 238) | | 5 266 290 |
| Mobiliário e material | 1 448 613 | 395 570 | - | | 1 844 183 |
| Património artístico | 256 080 | 94 509 | - | | 350 589 |
| Outro equipamento | 220 331 | 45 951 | - | | 266 282 |
| Valor líquido | 12 630 059 | 2 644 071 | (235 238) | | 15 038 892 |
| | 49 240 515 | | | | 47 893 387 |

3.7. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

| | 01-Jan-2013 | Aumentos | Diminuições | Regularizações | 31-Dez-2013 |
|----------------------------------|-------------|----------|-------------|----------------|-------------|
| Custo de aquisição | 878 800 | - | - | - | 878 800 |
| Despesas em edifícios arrendados | 878 800 | - | - | - | 878 800 |
| Amortizações acumuladas | 553 047 | 292 928 | - | - | 845 975 |
| Despesas em edifícios arrendados | 553 047 | 292 928 | - | - | 845 975 |
| Valor líquido | 325 753 | | | | 32 825 |

A 31 de Dezembro de 2012, a decomposição era a seguinte:

| | 01-Jan-2012 | Aumentos | Diminuições | Regularização | 31-Dez-2012 |
|----------------------------------|-------------|----------|-------------|---------------|-------------|
| Custo de aquisição | | | | | |
| Despesas em edifícios arrendados | 656 140 | 222 660 | - | - | 878 800 |
| | 656 140 | 222 660 | - | - | 878 800 |
| Amortizações acumuladas | | | | | |
| Despesas em edifícios arrendados | 218 692 | 334 355 | - | - | 553 047 |
| | 218 692 | 334 355 | - | - | 553 047 |
| Valor líquido | 437 448 | | | | 325 753 |

3.8. Provisões técnicas de resseguro cedido

| | 31-dez-13 | 31-dez-12 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Provisão para prémios não adquiridos | 14 141 720 | 10 047 744 |
| Provisão para sinistros | 793 666 | 383 961 |
| | 14 935 386 | 10 431 704 |

A 31 de Dezembro de 2013 o valor da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e o valor da provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte decomposição por ramos:

| | PPNA | Provisão para sinistros |
|-----------------------------------|------------|-------------------------|
| Acidentes de Trabalho | - | - |
| Acidentes pessoais e Doença | 2 104 125 | 5 888 |
| Incêndio e Outros Danos em Coisas | 10 147 945 | 716 233 |
| Automóvel | - | 10 577 |
| Transportes | 594 814 | -19 139 |
| Responsabilidade Civil | 1 106 373 | 80 107 |
| Diversos | 188 464 | - |
| | 14 141 720 | 793 666 |

3.9. Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como se segue:

| | 31-dez-13 | 31-dez-12 |
|--|--------------|--------------|
| Tomadores e Mediadores de seguro | 126 959 052 | 99 246 680 |
| Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro | 4 842 638 | 4 409 864 |
| Valores a receber por outras operações | 9 320 434 | 7 362 675 |
| | 141 122 123 | 111 019 219 |
| Imparidade em valores a receber por operações de seguro directo | (8 002 076) | (3 275 457) |
| | 133 120 047 | 107 743 762 |

O saldo de Imparidade em valores a receber por operações de seguro directo refere-se ao Ajustamento de recibos de prémio por cobrar. Da análise à recuperabilidade dos restantes valores a receber por operações de seguro e outras operações, não foram identificados indícios de imparidade.

A evolução do Ajustamento de recibos de prémio por cobrar apresenta-se como se segue:

| | 2013 | 2012 |
|------------------|-----------|--------------|
| A 1 de Janeiro | 3 275 457 | 6 296 068 |
| Reforço | 4 726 619 | |
| Redução | | (3 020 611) |
| A 31 de Dezembro | 8 002 076 | 3 275 457 |

Do total de valores a receber por outras operações, faz parte um montante de 4.262.921 Meticais relativo a um empréstimo concedido à Lusitania. Em 2012 este valor ascendia a 4.203.282 Meticais.

3.10. Provisões técnicas de seguro directo

A rubrica de provisões técnicas de seguro directo é analisada como se segue:

| | 2013 | 2012 |
|---|-------------|-------------|
| Provisão para prémios não adquiridos | 91 259 372 | 76 893 210 |
| Provisão para sinistros | 23 638 180 | 23 078 221 |
| Provisão para desvios de sinistralidade | 88 542 | 69 127 |
| Provisão para riscos em curso | 803 223 | 2 226 396 |
| | 115 789 317 | 102 266 954 |

A 31 de Dezembro de 2013, a decomposição por ramos das provisões técnicas é a seguinte:

| | PPNA | Provisão para sinistros | Provisão para desvios de sinistralidade | Provisão para riscos em curso |
|-----------------------------------|------------|-------------------------|---|-------------------------------|
| Acidentes de Trabalho | 9 598 488 | 6 223 551 | - | - |
| Acidentes pessoais e Doença | 2 746 069 | 1 060 275 | - | 785 754 |
| Incêndio e Outros Danos em Coisas | 16 147 777 | 1 410 427 | 88 542 | - |
| Automóvel | 59 607 507 | 14 690 148 | - | - |
| Transportes | 757 192 | 85 207 | - | - |
| Responsabilidade Civil | 1 964 320 | 160 546 | - | - |
| Diversos | 438 018 | 8 027 | - | 17 469 |
| | 91 259 372 | 23 638 180 | 88 542 | 803 223 |

Verificou-se um incremento da PPNA em 2013, face a 2012 resultante do crescimento da carteira nova no ramo Automóvel e no ramo Incêndio e outros danos em coisas. O crescimento da PPNA no ramo Acidentes Pessoais e Doença está relacionado com a comercialização do produto de Saúde.

A 31 de Dezembro de 2012, a decomposição por ramos das provisões técnicas era a seguinte:

| | PPNA | Provisão para sinistros | Provisão para desvios de sinistralidade | Provisão para riscos em curso |
|-----------------------------------|------------|-------------------------|---|-------------------------------|
| Acidentes de Trabalho | 8 597 717 | 5 914 625 | - | - |
| Acidentes pessoais e Doença | 1 066 570 | 1 049 577 | - | 482 633 |
| Incêndio e Outros Danos em Coisas | 13 403 444 | 682 730 | 69 127 | - |
| Automóvel | 50 321 204 | 14 693 423 | - | 1 743 763 |
| Transportes | 813 784 | 450 818 | - | - |
| Responsabilidade Civil | 2 173 776 | 279 021 | - | - |
| Diversos | 516 716 | 8 027 | - | - |
| | 76 893 210 | 23 078 221 | 69 127 | 2 226 396 |

3.11. Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

A rubrica de outros credores apresenta a seguinte decomposição:

| | 2013 | 2012 |
|---|------------|------------|
| Valores a pagar por operações de seguro directo | 24 886 822 | 12 696 406 |
| Valores a pagar por operações de resseguro | | |
| Resseguradoras | 44 380 149 | 37 195 203 |
| Valores a pagar por outras operações | 5 863 901 | 4 498 223 |
| | 75 130 872 | 54 389 831 |

3.12. Capital social

Durante o exercício não ocorreram quaisquer operações de subscrição de capital. O Capital Social da Moçambique,

Companhia de Seguros, S.A., encontra-se integralmente subscrito e realizado.

| | Número de acções | % participação | Valor Nominal |
|--|------------------|----------------|---------------|
| GCP – Soc. de Gestão e Controlo de Part. Sociais | 80 190 | 24% | 8 019 000 |
| Montepio Geral – Associação Mutualista | 59 400 | 18% | 5 940 000 |
| Lusitania – Companhia de Seguros, SA | 38 610 | 12% | 3 861 000 |
| FINOLCO, CO. INC | 33 000 | 10% | 3 300 000 |
| Caixa Económica Montepio Geral | 29 700 | 9% | 2 970 000 |
| Parups, S.A | 14 850 | 5% | 1 485 000 |
| Empresa de Tráfego e Estiva, SA | 14 850 | 5% | 1 485 000 |
| Grupo Visabeira, SGPS | 14 850 | 5% | 1 485 000 |
| Eng. Luis Marques dos Santos | 11 880 | 4% | 1 188 000 |
| INSS – Instituto Nac. De Segurança Social | 11 880 | 4% | 1 188 000 |
| Raminiklal Jamonadás | 8 910 | 3% | 891 000 |
| Dr. Hiteshkumar Raminiklal | 5 940 | 2% | 594 000 |
| W&W – Consultoria e Investimentos, Lda | 5 940 | 2% | 594 000 |
| | 330 000 | 100% | 33 000 000 |

3.13. Reservas

Reserva legal

De acordo com o Decreto-Lei nº 1/2010, de 31 de Dezembro, as companhias de seguros devem obrigatoriamente constituir uma reserva legal a partir dos lucros líquidos apurados em cada exercício económico nos seguintes termos:

a) 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade do capital social mínimo aplicável à Companhia, definido no art. nº 15 do mesmo Decreto;

b) 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até à concorrência do capital social.

O capital social mínimo aplicável à MCS é de 33.000.000 de Meticais.

Reserva estatutária

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 5% do lucro líquido anual.

Outras reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos accionistas.

3.14. Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como se segue:

| | 2013 | | | 2012 | | |
|-----------------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| | Prémios brutos emitidos | Prémios de resseguro cedido | Prémios líquidos de resseguro | Prémios brutos emitidos | Prémios de resseguro cedido | Prémios líquidos de resseguro |
| Acidentes de Trabalho | 24 025 059 | 720 291 | 23 304 768 | 18 355 477 | 2 691 284 | 15 664 193 |
| Acidentes pessoais e Doença | 11 166 221 | 8 672 481 | 2 493 740 | 3 628 293 | - | 3 628 293 |
| Incêndio e Outros Danos em Coisas | 41 753 679 | 31 037 124 | 10 716 555 | 35 770 843 | 25 686 820 | 10 084 023 |
| Automóvel | 118 470 441 | 3 471 830 | 114 998 611 | 91 173 041 | 2 686 707 | 88 486 335 |
| Transportes | 4 827 342 | 3 633 815 | 1 193 528 | 5 714 072 | 3 900 942 | 1 813 130 |
| Responsabilidade Civil | 3 102 871 | 2 018 994 | 1 083 876 | 4 333 016 | 2 480 144 | 1 852 872 |
| Diversos | 850 049 | 501 186 | 348 863 | 1 049 546 | 448 588 | 600 958 |
| | 204 195 662 | 50 055 722 | 154 139 940 | 160 024 289 | 37 894 484 | 122 129 804 |

3.15. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros, antes da imputação dos gastos gerais, apresentaram a seguinte decomposição por ramo:

| | 2013 | | | 2012 | | |
|-----------------------------------|-------------------|---------------------|------------|-------------------|---------------------|------------|
| | De seguro directo | De resseguro cedido | Total | De seguro directo | De resseguro cedido | Total |
| Acidentes de Trabalho | 3 984 768 | (15 288) | 4 000 056 | 8 556 217 | - | 8 556 217 |
| Acidentes pessoais e Doença | 10 698 | 56 041 | -45 342 | (33 496) | (36 563) | 3 067 |
| Incêndio e Outros Danos em Coisas | 7 299 322 | 4 269 547 | 3 029 774 | 3 400 240 | 1 350 666 | 2 049 573 |
| Automóvel | 58 950 910 | 275 000 | 58 675 910 | 50 685 633 | - | 50 685 633 |
| Transportes | (365 610) | 249 780 | (615 391) | 990 073 | 848 407 | 141 667 |
| Responsabilidade Civil | (535 039) | (88 420) | (446 619) | 524 244 | 53 520 | 470 724 |
| Diversos | - | (2 830) | 2 830 | 121 165 | 71 650 | 49 515 |
| | 69 345 048 | 4 743 830 | 64 601 217 | 64 244 076 | 2 287 679 | 61 956 397 |

3.16. Gastos de exploração, líquidos de resseguro

Antes da imputação dos custos, os gastos com comissões e as comissões de resseguro apresentam a seguinte decomposição por ramo:

| | 2013 | | 2012 | |
|-----------------------------------|------------------------|-----------------------------|------------------------|-----------------------------|
| | Comissões a mediadores | Comissões de resseguradores | Comissões a mediadores | Comissões de resseguradores |
| Acidentes de Trabalho | 3 072 248 | 368 905 | 1 866 672 | 324 935 |
| Acidentes pessoais e Doença | 795 161 | 1 469 232 | 322 393 | 1 059 758 |
| Incêndio e Outros Danos em Coisas | 4 568 232 | 9 882 196 | 3 275 928 | 11 007 147 |
| Automóvel | 13 073 824 | 1 775 200 | 8 875 475 | 1 618 488 |
| Transportes | 688 727 | 1 594 397 | 556 878 | 1 793 213 |
| Responsabilidade Civil | 457 591 | 1 126 534 | 562 101 | 1 527 966 |
| Diversos | 78 792 | 201 913 | 74 413 | 379 749 |
| | 22 734 575 | 16 418 377 | 15 533 860 | 17 711 256 |

A imputação dos gastos gerais por funções foi feita da seguinte forma:

| | 2013 | 2012 |
|----------------|------------|------------|
| Sinistros | 862.386 | 537.791 |
| Aquisição | 16.192.499 | 12.707.443 |
| Administrativa | 46.699.160 | 39.379.263 |
| Investimentos | 656.166 | 625.012 |
| | 64.410.210 | 53.249.509 |

Os gastos administrativos são analisados como se segue:

| | 2013 | 2012 |
|---|------------|------------|
| Gastos com o pessoal | | |
| Remunerações dos Órgãos Sociais | 2.581.107 | 2.477.503 |
| Remunerações do Pessoal | 30.747.699 | 24.667.750 |
| Encargos sobre remunerações | 968.876 | 664.162 |
| Cursos de Formação | 1.499.692 | 197.688 |
| Outros | 397.285 | 919.508 |
| Comparticipação nas despesas hospitalares | 628.052 | 1.472.736 |
| Fornecimento e serviços de terceiros | - | - |
| Trabalhos especializados | 2.507.302 | 2.193.971 |
| Publicidade e Propaganda | 4.366.611 | 3.563.411 |
| Rendas e Alugueres | 3.722.815 | 3.279.373 |
| Conservação e Reparação | 3.211.351 | 2.134.482 |
| Comunicação | 1.430.933 | 1.583.485 |
| Deslocações e Estadas | 1.737.173 | 1.660.614 |
| Vigilância e Segurança | 1.032.970 | 1.257.984 |
| Combustíveis | 1.889.138 | 1.536.597 |
| Material de Escritório | 817.712 | 285.553 |
| Outros gastos administrativos | 3.768.736 | 2.376.267 |
| Depreciações e amortizações do exercício | 3.102.758 | 2.978.426 |
| Outros | - | - |
| | 64.410.211 | 53.249.509 |

3.17. Outros rendimentos e gastos não técnicos

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como se segue:

| | 2013 | 2012 |
|------------------------------------|------------|-----------|
| Outros rendimentos não técnicos | | |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 847.334 | 1.806.580 |
| Outros rendimentos não técnicos | 724.760 | 329.517 |
| | 1.572.094 | 2.136.097 |
| Outros gastos não técnicos | | |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | 1.295.731 | 622.062 |
| Quotas | 900.000 | - |
| Outros gastos não técnicos | 252.497 | 514.545 |
| | 2.448.228 | 1.136.607 |
| | (876.134) | 999.490 |

3.18. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento decompõem-se da seguinte forma:

| | 2013 | 2012 |
|------------------|--------------|--------------|
| Imposto corrente | (2.226.514) | (132.454) |
| Imposto diferido | 324.486 | (2.023.944) |
| | (1.902.028) | (2.156.397) |

O imposto corrente é determinado com base nas taxas de impostos em vigor para cada exercício fiscal.

A reconciliação entre o imposto corrente e o imposto diferido da MCS com referência aos anos de 2013 e 2012, assim como o movimento dos impostos diferidos nos anos de 2013 e 2012 são os seguintes:

| | 2013 | | 2012 | |
|---|-----------------|-----------|-----------------|-----------|
| | Taxa de imposto | Valor | Taxa de imposto | Valor |
| Resultado antes de imposto | | 4 196 114 | | 2 329 477 |
| Imposto a pagar à taxa normal | 32,00% | 1 342 756 | 32,00% | 745 433 |
| Correcções fiscais - A acrescentar | | | | |
| Reintegrações e amortizações não aceites como custo | 0,00% | - | 2,22% | 93 294 |
| Despesas ilícitas, prémios de seguros e contribuições | 0,00% | - | 0,00% | - |
| Donativos | 3,23% | 135 537 | 2,70% | 113 095 |
| Multas | 0,00% | - | 0,86% | 36 257 |
| 50% de ajudas de custo | 0,00% | - | 0,00% | - |
| 80% das despesas de representação | 0,91% | 38 172 | 0,74% | 31 249 |
| Despesas confidenciais e/ou não documentadas | 0,00% | - | 0,00% | - |
| 50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros | 11,50% | 482 442 | 9,38% | 393 774 |
| Publicidade | 13,78% | 578 109 | 14,97% | 628 214 |
| Correcções relativas a exercícos anteriores | 1,88% | 78 703 | 2,74% | 115 083 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas | 0,02% | 637 | 4,99% | 209 578 |
| Correcções fiscais - A deduzir | | | | |
| Prejuízos fiscais deduzidos | 0,00% | - | 0,00% | - |
| Formação Profissional | 9,80% | 411 103 | 0,00% | - |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 0,45% | 18 739 | 13,16% | 552 166 |
| Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas | 0,00% | - | 40,07% | 1 681 355 |
| Imposto efectivo a liquidar | 53,06% | 2 226 515 | 17,39% | 132 453 |
| Imposto corrente | 53,06% | 2 226 515 | 17,39% | 132 453 |

| | 2012 | | Ganhos e perdas | |
|---|-----------|------------------|-----------------|-----------|
| | Perdas | Ganhos | Perdas | Ganhos |
| Activos por impostos diferidos | | | | |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas | 209 578 | 209 578 | 637 | 637 |
| | 209 578 | 209 578 | 637 | 637 |
| Passivos por impostos diferidos | | | | |
| Reavaliação do edifício de uso próprio | 3 261 498 | - | - | 3 261 498 |
| Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas | 552 167 | 18 739 | 552 167 | 18 739 |
| | 3 813 665 | 18 739 | 552 167 | 3 280 237 |
| Impacto no Ganhos e Perdas | | (324.487) | | |

Os impostos a pagar decompõem-se da seguinte forma:

| | 2013 | 2012 |
|---|-------------------|------------------|
| Impostos a pagar | | |
| IRPC | 2 226 514 | 132 454 |
| Pagamentos por conta e retenções efectuadas por terceiros | (2 925 580) | (2 825 580) |
| Imposto selo | 7 778 209 | 7 408 658 |
| Retenção na fonte | 1 183 282 | 378 221 |
| INSS | 228 036 | 114 661 |
| Sobretaxa | 2 517 692 | 2 353 349 |
| | 11 008 153 | 7 561 762 |

3.19. Partes relacionadas

A cedência do risco de seguro pela MCS é feita, na sua maioria, através da Lusitania Companhia Seguros, S.A.

As transacções e saldos entre as duas entidades resumem-se como se segue:

| | 2013 | 2012 |
|--|------------|------------|
| Prémios de resseguro cedido | 27 541 638 | 22 804 336 |
| Comissões de resseguro cedido | 5 392 488 | 5 164 412 |
| Parte do ressegurador nos custos com sinistros | 5 214 531 | 2 885 763 |
| Participação nos resultados | 8 467 309 | 8 533 181 |
| Conta corrente | 36 855 454 | 30 604 498 |

A MCS dispõe ainda de um depósito efectuado junto da Lusitania Companhia de Seguros, S.A. no valor de 4 262 921 Meticais.

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam em 2013 a 2 581 107 Meticais. Em 2012 os valores foram de 2 477 503 Meticais.

3.20. Natureza das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro, activos de resseguro e restantes instrumentos financeiros

Risco de seguro

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de

provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- Risco de Desenho dos Produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato;

- Risco de Prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarificação);

- Risco de Subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar;

- Risco de Provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos;

- Risco de Sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas;

- Risco de Retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada;

- Risco Catastrófico: resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros, são transferidos para uma resseguradora (ou um conjunto de resseguradoras).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarificação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou

de riscos associados a grandes perdas, como riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos actuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela protecção dos respectivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a MCS tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados em 2013 aos valores efectivamente verificados, deverá ser consultado o Anexo 2.

Quando comparados os principais rácios da actividade da Companhia, temos:

Rácios de sinistralidade (Sinistros/Premios Adquiridos) – Líquidos Resseguro

| Ramo | 31-dez-13 | 31-dez-12 |
|-----------------------------|-----------|-----------|
| Acidentes de trabalho | 18,76% | 62,65% |
| Acidentes pessoais e doença | 1,08% | 0,36% |
| Incêndio e outros danos | 19,71% | 3,54% |
| Automóvel | 57,99% | 61,40% |
| Transportes | -84,08% | 379,82% |
| Responsabilidade civil | -54,35% | 19,29% |
| Diversos | -0,80% | 24,70% |
| Rácio global | 45,95% | 57,12% |

Risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

A MCS está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos financeiros, podendo mesmo considerar-se, num sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência.

Paralelamente a esta consideração resulta o facto de o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades em consequência de os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

| Provisões técnicas, líquidas de resseguro | Acidentes de Trabalho | Outros ramos | Total |
|---|-----------------------|--------------|-------------|
| Seguro directo | 6 223 551 | 109 565 767 | 115 789 317 |
| Resseguro cedido | - | 14 935 386 | 14 935 386 |
| Valor líquido | 6 223 551 | 94 630 381 | 100 853 931 |

| Activos a representar provisões técnicas, líquidas de resseguro | Acidentes de Trabalho | Outros ramos | Total |
|---|-----------------------|--------------|-------------|
| Obrigações | 1 865 065 | - | 1 865 065 |
| Edifícios | - | 43 399 200 | 43 399 200 |
| Empréstimos | - | 702 991 | 702 991 |
| Activos tangíveis, líquidos de depreciações e perdas por imparidade | - | 6 529 817 | 6 529 817 |
| Depósitos a Prazo | 3 229 678 | 36 303 007 | 39 532 685 |
| Prémios à Cobrança Directos (Antiguidade inferior a 60 dias) | 4 707 498 | 40 986 702 | 45 694 200 |
| Caixa e Disponibilidades | 4 893 724 | - | 4 893 724 |
| Total | 14 695 964 | 127 921 717 | 142 617 681 |

| | | | |
|--------------------|---------|---------|---------|
| Rácio de Cobertura | 236,13% | 135,18% | 141,41% |
|--------------------|---------|---------|---------|

Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, e não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

- Risco de mercado: deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de mismatching entre activos e passivos.

Na MCS a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

As principais componentes dos riscos financeiros são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. Por outro lado, o risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da MCS face ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente com os empréstimos de taxa de juro variável negociados pela Companhia. A política da MCS passa pela dispersão dos seus activos e passivos financeiros a várias moedas, a fim de não concentrar todo o risco de taxa de juro a uma só moeda.

Os instrumentos financeiros da MCS cuja exposição ao risco de taxa de juro é significativa são os depósitos a prazo, as obrigações do tesouro e o empréstimo concedido. Para estes, as tabelas abaixo resumam a exposição da Companhia ao risco de taxa de juro, a 31 de Dezembro de 2013 e o impacto nos resultados da Companhia de oscilações nas taxas de juro:

31-dez-13

| | Total | MZN | USD | ZAR |
|--|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|
| Activos | | | | |
| Caixa e equivalentes em caixa | 4 893 724 | 2 391 272 | 2 232 383 | 270 069 |
| Depósitos a prazo | 39 532 686 | 12 547 849 | 23 215 391 | 3 769 446 |
| Outros empréstimos | 702 991 | - | 702 991 | - |
| Valores a receber por operações de seguro e outras operações | 133 120 047 | 128 857 126 | 4 262 921 | - |
| Total | 178 249 448 | 143 796 247 | 30 413 686 | 4 039 515 |
| Passivos | | | | |
| Valores a pagar por operações de seguro e outras operações | 75 130 872 | 75 130 872 | - | - |
| Total | 75 130 872 | 75 130 872 | - | - |
| Posição Líquida | 103 118 576 | 68 665 375 | 30 413 686 | 4 039 515 |

| | Aumento /Diminuição em pontos base | Impacto no resultado antes de imposto |
|--------|---------------------------------------|--|
| 2013 | | |
| Maibor | +200 | 288 258 |
| Maibor | -200 | (288 258) |
| Libor | +25 | 59 796 |
| Libor | -25 | (59 796) |

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venham a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio.

As demonstrações financeiras da MCS podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas MZN/USD, MZN/ZAR. A MCS procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro de 2013 e o impacto nos resultados da Companhia de oscilações nas taxas de câmbio:

31-dez-13

| | Total | MZN | USD | ZAR |
|--|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|
| Activos | | | | |
| Caixa e equivalentes em caixa | 4 893 724 | 2 391 272 | 2 232 383 | 270 069 |
| Depósitos a prazo | 39 532 686 | 12 547 849 | 23 215 391 | 3 769 446 |
| Outros empréstimos | 702 991 | - | 702 991 | - |
| Valores a receber por operações de seguro e outras operações | 133 120 047 | 128 857 126 | 4 262 921 | - |
| Total | 178 249 448 | 143 796 247 | 30 413 686 | 4 039 515 |
| Passivos | | | | |
| Valores a pagar por operações de seguro e outras operações | 75 130 872 | 75 130 872 | - | - |
| Total | 75 130 872 | 75 130 872 | - | - |
| Posição Líquida | 103 118 576 | 68 665 375 | 30 413 686 | 4 039 515 |

| 2013 | Aumento /Diminuição | Efeito em Resultados |
|--------------------------|---------------------|----------------------|
| Doláres Norte Americanos | +20% | 6 082 737 |
| Doláres Norte Americanos | -20% | (6 082 737) |
| Rands Sul Africanos | +20% | 807 903 |
| Rands Sul Africanos | -20% | (807 903) |

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da MCS incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:

- parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro,
- valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro,
- risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O risco cedido pela Companhia é, na sua grande maioria, colocado na Lusitania Companhia de Seguros, accionista da MCS, empresa integrada num grupo financeiro sólido.

O risco de crédito associado a instrumentos de dívida detidos pela Companhia é reduzido e está de acordo com as regras de diversificação determinadas pelo ISSM, detendo a MCS apenas títulos de dívida pública. O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a empresa apresenta níveis de ajustamentos historicamente prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da MCS não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades da Companhia. Desta forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior. O objectivo da MCS é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a sua flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários e locações financeiras, instrumentos: a que não tem recorrido nos últimos anos. A tabela abaixo sumariza a maturidade dos instrumentos financeiros da Companhia a 31 de Dezembro de 2013

31-dez-13

| | 0-1 Ano | 1-3 Anos | +3 Anos | Sem Maturidade | Total |
|---|--------------------|------------------|----------|----------------|--------------------|
| Activos Financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes em caixa | 4 893 724 | - | - | - | 4 893 724 |
| Depósitos a prazo | 39 532 686 | - | - | - | 39 532 686 |
| Investimentos a deter até maturidade | - | 1 865 065 | - | - | 1 865 065 |
| Outros empréstimos | 556 634 | 146 357 | - | - | 702 991 |
| Valores a receber por operações de seguro directo | 118 956 975 | - | - | - | 118 956 975 |
| Valores a receber por operações de resseguro | 4 842 638 | - | - | - | 4 842 638 |
| Valores a receber por outras operações | 9 320 434 | - | - | - | 9 320 434 |
| Total | 178 103 091 | 2 011 422 | - | - | 180 114 513 |

| | | | | | |
|---|-------------------|----------|----------|----------|-------------------|
| Passivos Financeiros | | | | | |
| Valores a pagar por operações de seguro directo | 24 886 822 | - | - | - | 24 886 822 |
| Valores a pagar por operações de resseguro | 44 380 149 | - | - | - | 44 380 149 |
| Valores a pagar por outras operações | 5 863 901 | - | - | - | 5 863 901 |
| Total | 75 130 872 | - | - | - | 75 130 872 |

3.21. Acontecimentos após a data de balanço

Não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a MCS que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

Parecer do Conselho Fiscal



INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2013
 Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SARL
 Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 1
 Valores em Meticals

| DESIGNAÇÃO | QUANTID. | VALOR NOMINAL | % DO VALOR NOMINAL | PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO | VALOR TOTAL AQUISIÇÃO | unitário | Valor de balanço Total |
|----------------------------------|----------|------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------------|----------|---------------------------|
| 1 - Nacionais | | | | | | | |
| 11 - Títulos Cotados | | | | | | | |
| 111 - Títulos de rendimento fixo | | | | | | | |
| 1111 - De dívida pública | | | | | | | |
| Obrigações do tesouro 2005 | 30.000 | 100 | | 100 | 3.000.000 | 63 | 1.886.242 |
| Sub-total | 30.000 | 100 | | 100 | 3.000.000 | | 1.886.242 |
| 3 - TOTAL GERAL | 30.000 | 100 | | 100 | 3.000.000 | | 1.886.242 |

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTRO RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2013
 Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SARL
 Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 2
 Valores em Meticals

| Ramos/Grupos de ramos | Provisão para sinistros em 31/12/2012 (1) | Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2) | Provisão para sinistros * em 31 /12/2013 (3) | Reajustamentos (3) + (2) - (1) |
|----------------------------------|---|---|--|-----------------------------------|
| Ramo Vida | - | - | - | - |
| Ramos Não Vida | | | | |
| Acidentes de Trabalho | 5.914.625 | 2.335.675 | 5.626.043 | 2.047.093 |
| Acidentes Pessoais e Doença | 1.049.577 | 0 | 0 | -1.049.577 |
| Incêndio e elementos da natureza | 682.730 | 307.021 | -1.024 | -376.734 |
| Automóvel | 14.693.423 | 13.503.219 | 1.438.943 | 248.739 |
| Marítimo | - | - | - | - |
| Ferroviário | - | - | - | - |
| Aéreo | - | - | - | - |
| Transportes | 450.818 | 268.843 | - | -181.974 |
| Responsabilidade Civil Geral | 279.021 | 673.551 | 50.000 | 444.530 |
| Diversos | 8.027 | - | - | -8.027 |
| Total Não Vida | 23.078.221 | 17.088.310 | 7.113.961 | 1.124.050 |
| Total geral | 23.078.221 | 17.088.310 | 7.113.961 | 1.124.050 |

* - De sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Ano: 2013
 Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SARL
 Nº de Identificação: 400 081 263

Anexo 3

| Ramos / Grupos de ramos | Valores em Meticals | | |
|----------------------------------|------------------------|---|---------------------------------------|
| | Montantes pagos (1) | Variação da provisão para sinistros (2) | Custos com sinistros (3) = (1)+(2) |
| Seguro directo | | | |
| Acidentes de Trabalho | 4 253 876,02 | -161 181,77 | 4 092 694,25 |
| Acidentes Pessoais e Doença | 14 801,37 | 10 698,32 | 25 499,69 |
| Incêndio e Elementos da Natureza | 7 028 952,36 | 468 132,06 | 7 497 084,42 |
| Automóvel | 62 089 719,62 | -2 609 866,24 | 59 479 853,38 |
| Marítimo | - | - | - |
| Ferroviário | - | - | - |
| Aéreo | - | - | - |
| Transportes | 270 076,80 | -634 453,81 | -364 377,01 |
| Responsabilidade Civil Geral | 685 269,21 | -1 208 590,67 | -523 321,46 |
| Diversos | - | 3 265,28 | 3 265,28 |
| Total | 74 342 695,38 | -4 131 996,83 | 70 210 698,55 |
| Resseguro aceite | - | - | - |
| Total Geral | 74 342 695,38 | -4 131 996,83 | 70 210 698,55 |

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração e o Balanço e Contas, da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., referentes ao exercício de 2013.

No decurso deste exercício o Conselho Fiscal acompanhou, na oportunidade, os negócios da Sociedade e congratula-se com os esforços desenvolvidos pelo Conselho de Administração e seus colaboradores.

Como resultado da análise efectuada aos documentos apresentados, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que estes documentos espelham a situação económico-financeira da Companhia, em 31 de Dezembro de 2013.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- Sejam aprovados o Relatório, Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e demais documentação apresentados pelo Conselho de Administração;
- Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado do exercício;
- Seja endereçado um voto de louvor ao Conselho de Administração, pela criteriosa e empenhada gestão e, aos seus colaboradores, pela dedicação e zelo com que têm servido a Companhia.

Maputo, 30 de Abril de 2014

O Conselho Fiscal,

Prof. Doutor Teodoro Andrade Waty
 Presidente

Dr. Mohamed Iqbal

Henrique Álvaro Cepeda Gamito Júnior



Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUIF 400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da

MCS – MOÇAMBIQUE COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Relatório sobre as demonstrações financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MCS – Moçambique Companhia de Seguros, S.A.**, que compreendem o Balanço relativo a 31 de Dezembro 2013, (que evidencia um total de activo de 242.408.426 Meticais e um total de capital próprio de 37.865.535 Meticais, incluindo um resultado líquido do exercício de 2.294.086 Meticais), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa referentes ao ano então findo, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas aplicável às entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui ainda a concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo da Reserva abaixo, conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Reserva

A rubrica de Contas a receber por outras operações de seguro directo, no montante de 118.956.975 Meticais, encontra-se líquida da imparidade acumulada em recibos por cobrar no montante de 8.002.076 Meticais. Na ausência de informação de suporte detalhada que nos permita aferir sobre a razoabilidade do saldo da rubrica de Imparidade em recibos por cobrar, não estamos em condições de avaliar em que extensão o risco de incobrabilidade da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo, se encontra adequadamente coberto à data de 31 de Dezembro de 2013.

Opinião com Reserva

Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **MCS – Moçambique Companhia de Seguros, S.A.** em 31 de Dezembro 2013, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas aplicável às entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.





MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

Av. Kenneth Kaunda,
518 - r/c • Maputo
Tel • + 258 21 48 50 20/2
Fax • + 258 21 48 90 30



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

Av. Kenneth Kaunda,
518 - r/c • Maputo
Tel • + 258 21 48 50 20/2
Fax • + 258 21 48 90 30